



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**GABRIELA EVORA MOREIRA**

**RELAÇÕES BRASIL-CHINA:  
Cooperação estratégico-espacial  
(1984 -1988)**

**Brasília – DF**

**2015**

**Gabriela Evora Moreira**

**10/0102417**

**RELAÇÕES BRASIL-CHINA:  
cooperação estratégico-espacial  
(1984 -1988)**

Monografia apresentada ao Departamento de  
História do Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade de Brasília para a obtenção do  
grau de bacharel e licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

**Brasília - DF**

**2015**

## RESUMO

Neste trabalho, pretende-se analisar o impacto dos atos bilaterais, “O acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear” acordado em 11 de outubro de 1984, para o uso pacífico da energia nuclear e o “Protocolo sobre aprovação de pesquisa e produção de satélites de recursos da terra entre os governos das Repúblicas Federativa do Brasil e Popular da China”, em 6 de julho de 1988 com o objetivo de firmar a cooperação espacial entre esses países. Esse tema é pertinente à atualidade política e econômica brasileira. A análise da reação da sociedade brasileira pelo Jornal Correio Braziliense vai mostrar o impacto imediato da forma como essas relações com o exterior moldam-se na década de 1980. Há a intenção de gerar discussões sobre como os atos bilaterais se concluíram, além de todo o processo que leva até assinarem os documentos. Tem como fonte o jornal Correio Braziliense, cidade-sede Brasília, lar de embaixadas estrangeiras, por meio de pesquisa de forma manual, em coleções de jornais disponíveis no Centro de documentação do Correio Braziliense (CEDOC).

**Palavras- Chaves:** impacto de atos bilaterais, reflexão histórica, análise, pesquisa, China, Brasil, cooperação espacial, uso pacífico de energia nuclear.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Emília Matheus Evora e Nilson Maranhão Moreira. Pelo amor, confiança e suporte incondicional que me proporcionam sem titubear. Vocês são meu tudo.

À minha irmã, Isabela. Pelas conversas, as risadas, o amor e a enorme paciência comigo.

Ao meu orientador, Professor Doutor Carlos Eduardo Vidigal, que me apoiou, me ajudou e me incentivou durante toda a elaboração do projeto.

À Professora Tércia Juliana, pela enorme ajuda, empenho e pelo ouvido amigo para as minhas angústias profissionais.

Às amigas de uma vida inteira, as quais admiro e amo: Amanda Meneguzzo, Jéssica Quirino, Larissa Santos, Ludimila Félix, Maria Valente e Renata Café. Obrigada pela paciência nessa fase e à amizade incondicional.

Ao Yuri. Pelo amor e apoio imensuráveis, ouvindo pacientemente minhas queixas, meus anseios e meus medos durante essa conquista. Seu carinho torna tudo mais fácil.

Aos meus familiares, que mesmo não estando fisicamente próximos, me ajudam e sempre acreditam que sou capaz. Obrigada por serem essa família linda.

Aos meus colegas e amigos da UnB, de todos os cursos. Como foi maravilhoso aprender um pouco com cada um e expandir meus horizontes durante a maravilhosa experiência que a Universidade de Brasília me proporcionou.

Ao CEDOC do Correio Braziliense e ao DCD do Ministério das Relações Exteriores. Obrigada por me ensinarem o prazer do trabalho.

A Deus, por me permitir uma estadia na terra de forma tão bonita.

## LISTA DE ABREVIATURAS

CEDOC	- Centro de Documentação do Correio Braziliense.
CBERS	- <i>China-Brazil Earth Resources Satellite</i>
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico-Tecnológico
EUA	- Estados Unidos da América
INPE	- Instituto de Pesquisas Espaciais
MECB	- Missão Espacial Completa Brasileira
MTCR	- <i>Missile Technology Control Regime</i>
ONU	- Organização das Nações Unidas
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo 1: Análise das Relações Sino Brasileiras.....</b>	<b>11</b>
1.1 Jornal como fonte na História.....	11
1.2 Dois países distantes.....	13
1.3 A aproximação. ....	14
1.4 Países emergentes, parceria estratégica. ....	18
<b>Capítulo 2: Processo da assinatura do Ajuste Complementar de 1984.....</b>	<b>20</b>
2.1 Os Atos Internacionais.....	20
2.2 A Visita de Figueiredo à China .....	21
2.3 Notícia dos acordos pelo Jornal Correio Braziliense.....	25
<b>Capítulo 3: Processo da assinatura do protocolo de 1988.....</b>	<b>26</b>
3.1. Depois de 1984.....	26
3.2. A vista do Presidente Sarney .....	28
3.3. Processo de assinatura do Acordo de Cooperação Espacial.....	32
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>36</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

A China e o Brasil não foram parceiras desde época da expansão marítima, nem são vizinhas de continente. Ao contrário, ficam em pontos extremos do Mapa-Múndi. No entanto, o Brasil, da época colonial, passou a questionar sobre a existência dos chineses, quando os portugueses começaram a falar sobre especiarias do Oriente. Séculos depois, firmaram uma parceria estratégico-espacial crescente, de forma que, em mais de cinquenta anos de relações bilaterais sino-brasileiras, elevaram a importância dos países em desenvolvimento e foram, também, pioneiras na cooperação de países terceiro-mundistas na esfera espacial.

No presente trabalho, pretende-se analisar o impacto desses atos bilaterais prioritários para o adensamento desta relação: “O acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear”, datado do dia 11 de outubro de 1984 (anexo 1), mas também o “Protocolo sobre aprovação de pesquisa e produção de satélites de recursos da terra entre o governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China”, datado do dia 6 de julho de 1988 (anexo 2); com o objetivo de mostrar a relevância desses atos na cooperação estratégico-espacial entre esses países para a sociedade brasileira da década de 1980, por meio das notícias do Jornal Correio Braziliense.

Esses atos representaram, na época, a busca por um equilíbrio de poder internacional de comum acordo entre o Brasil e a China: o multipolar. Naquele momento, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA) controlaram a maior parte do poder mundial, de forma que as opções dos demais países seriam ser aliados ou inimigos. Porém, fora proposto o entendimento de que não fosse apenas necessário a bipolaridade, mas uma multipolaridade com uma nova estrutura geopolítica, com diversos centros de poder e influências no campo militar, social, econômico e político. A assinatura desses atos marcou um desejo por parte desses países de construir a parceria estratégico-espacial fora dessa zona de bipolaridade.

O assunto tratado nesse trabalho tem como fonte primária o jornal Correio Braziliense, fundado no dia 21 de abril de 1960, junto a cidade-sede Brasília. Esse periódico é um meio de informação, com vários cadernos, suplementos e notícias. Por ter a publicação cotidiana, o jornal direciona-se a um público amplo e diversificado e as informações imediatas são um meio facilitador de comunicação com elementos, como a opinião intrínseca<sup>1</sup>, que levam o público à crítica.

Foram analisadas 47 páginas de jornal microfilmadas, na maioria, capa do dia e páginas da parte internacional; por meio de pesquisa de forma manual, em coleções de jornais disponíveis no Centro de documentação do Correio Braziliense (CEDOC). A escolha do jornal Correio Braziliense teve razão por ser o jornal mais tradicional de Brasília, Capital Federal, lar de muitas embaixadas. Pois, apesar de ser regional, sempre continha uma parte internacional, com diversas notícias e matérias de acontecimentos, em outros países, a agenda social do Itamaraty, das embaixadas e dos consulados residentes. Outro fator relevante foi por possuir um significativo número de assinaturas, na época tornou-se o principal meio de comunicação para o alcance da maioria. Está em circulação desde 21 de abril de 1960, data da inauguração de Brasília-DF, lançado por Assis Chateaubriand e faz parte do conglomerado de mídias dos Diários Associados.

A realização desse estudo dá-se pela facilidade de acesso às fontes, ou seja, por se tratar de um recorte temporal recente, a maioria da bibliografia sobre relação bilateral e seu começo, desenvolvidas por mestres e doutores nas relações sino-brasileiras, está disponível na forma digital.

A análise histórica, neste trabalho, baseia-se no conceito de tempo presente, o qual não foi um problema na antiguidade devido à tradição da história oral. No entanto, após a construção do conceito de história científica, presente no Positivismo, fez-se necessário o arquivamento da documentação para análise futura. O distanciamento da narrativa era essencial para o historiador e muitos consideravam que se fazia essa história contemporânea por amadores, pois não era erudito o suficiente. É preciso olhar além do

---

<sup>1</sup> Muitas das páginas de jornais pesquisadas tinham um colunista comentando sobre os fatos e suas possíveis consequências. Esses colunistas demonstram a opinião editorial do Jornal sobre os assuntos, defendendo um ponto de vista.



tempo linear e das verdades imutáveis<sup>2</sup> e o conceito do espaço de experiência e horizonte de expectativa torna o tempo presente mais consistente e acadêmico.

[...] experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. (KOSELLECK, 2006, p. 308)

O primeiro capítulo discorre sobre a imprensa como fonte primária da história, suas problemáticas e metodologia; mas também sobre o panorama geral da relação entre o Brasil e a China, desde seu começo; passa pelo rompimento, a reaproximação e a identidade como países emergentes e o potencial de poder que podem ter se eles se relacionassem, não apenas na área comercial, mas também política, em uma progressão para uma parceria estratégica.

O segundo capítulo traz o processo de negociações e encontros para a assinatura do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear. As fontes abrangem o período de maio de 1984, quando o primeiro presidente João Baptista Figueiredo abriu várias negociações e teve como objetivo estreitar os laços da relação bilateral. Naquele momento, o Brasil precisava de novos parceiros para não ficar em total dependência dos países desenvolvidos, entre eles EUA.

No último capítulo, demonstra-se que a parceria ganha força com a cooperação espacial. Ao confrontarem com o monopólio da tecnologia pelos países desenvolvidos, Brasil e China percebem que não conseguem ter sucessos sozinhos, mas através de um programa espacial, onde os dois oferecem seus conhecimentos para o intercâmbio de imagens de satélites, desenvolvem uma cooperação de êxito que permanece em vigor até hoje.

Entrementes, as relações entre Brasil e China ainda são recentes e a maioria dos seus resultados é desconhecida. Esse tema é pertinente à atualidade política e econômica brasileira, além da pouca abordagem em trabalhos acadêmicos. A China e o Brasil

---

<sup>2</sup> FERREIRA, 2000, p. 111-124

assemelham-se em aspectos econômicos apesar das diferenças culturais, como os substratos linguísticos e a História. Todavia, construíram um caminho para o desenvolvimento pela relação bilateral que resultou em sucesso nos dias atuais. A análise da reação da sociedade brasileira vai mostrar o impacto imediato da forma como as relações brasileiras com o exterior moldam-se na década de 1980.

## CAPÍTULO 1: ANÁLISE DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS

### 1.1 Jornal como Fonte na História

Para o estudo da cooperação Brasil-China em matéria estratégico-espacial, se analisarão as repercussões das assinaturas dos acordos bilaterais através das notícias divulgadas no jornal Correio Braziliense. Trabalhar com jornais, como uma fonte primária é um desafio, apesar de o conteúdo jornalístico prezar pela neutralidade da notícia, segundo a socióloga Maria Juraci Maia Cavalcante,

De fato, as ideologias perpassam todas as páginas de qualquer jornal. Não há como ignorá-las ou fugir delas. Contudo, as ideologias não interferem apenas na veiculação de notícias jornalísticas, já que integram todo processo de produção e divulgação de ideias, em todos os tempos e lugares. O estranho seria, justamente, se os jornais fossem isentos ou neutros. (CAVALVANTE, 2002, p. 4).

E para a historiadora Maria Helena Capelato é uma das fontes mais férteis para o conhecimento do passado, pois “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, então considero como um reflexo da sociedade como um todo durante o período estudado”. (CAPELATO, 1988, p.13).

No século XIX, com a tradição positivista da metodologia das ciências sociais<sup>3</sup>, não se reconheciam os impressos como parte de uma produção historiográfica, pois se não fosse documentos oficiais eles deturpavam o passado, ou seja, a verdade na narrativa histórica. Havia a necessidade de rigor de pesquisa científica, como nas áreas de ciências exatas e no distanciamento do objeto de pesquisa, tanto no que se concerne o tempo quanto à opinião do historiador. Para Leopold Von Ranke, historiador alemão (1795-1888), considerado um dos fundadores da história científica na Alemanha e um dos fundadores do cientificismo (BURGUIÈRE, 1993, p. 645) “a função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e, a partir dela fazer a narrativa

---

<sup>3</sup> Segundo essa forma de pensamento, cabe à história um levantamento “científico dos fatos, sem procurar interpretá-los, deixando à sociologia sua interpretação” Para os historiadores positivistas, os fatos levantados se encadeiam como que mecânica necessariamente, numa relação determinada de causas e consequências (ou seja, efeitos). A história por eles escrita é uma sucessão de acontecimentos isolados, relatando, sobretudo os efeitos políticos de grandes heróis, os problemas dinásticos, as batalhas e os tratados diplomáticos. (BORGES, 2003)

histórica” (ALVES; GUARNIERI, 2007, p.36 apud CALONGA,2012, p. 80) ou seja, não haveria legitimidade em leitura de outras espécies de documentos senão das fontes escritas oficiais.

Apenas com a difusão dos trabalhos da Escola dos Annales<sup>4</sup>, nos anos 30 do século XX, com a 3ª geração dos Annales, os caminhos abriram-se aos impressos com efetividade. Os historiadores pertencentes a esse grupo, como Jacques Le Goff, Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, começaram uma revisão no pensamento sobre a utilização de fontes oficiais como as únicas válidas para a história, ou seja, o interesse por novas fontes de pesquisa floresce e a função do historiador muda, ele deixa de ser apenas um narrador daquilo que leu nesses documentos oficiais, mas uma voz crítica da historiografia. Antes, havia apenas uma história voltada para o econômico, o religioso e o político com fontes oficiais; depois desse momento de revisão, descobriram-se outras vertentes, como a História Cultural e as redescobertas antigas, através de novos olhares para as diversas possibilidades do uso moderno de fonte primária, segundo Maria do Carmo Pinto Arana de Aguiar:

Sendo assim, o estudo da imprensa vem se construindo num dos elementos fundamentais para a reconstrução da história, que através do seu intermédio pôde aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro dos diversos setores que compõem uma sociedade de forma dinâmica. Dessa maneira, a imprensa tornou-se uma fonte rica e diversificada de conhecimentos, não apenas para construção de uma história da imprensa, mas abriu a historiografia para outras possibilidades de estudo fugindo assim da historiografia tradicional. (AGUIAR, 2010, p. 5).

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas de que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p.19 apud CALONGA, 2012, p.82).

## 1.2 Países Distantes: Brasil e China

---

<sup>4</sup> Movimento historiográfico que se iniciou em 1929. Fundado por Lucien Febvre e Marc Bloch em almejava ir além da visão positivista da história como apenas uma crônica dos acontecimentos

As relações entre o Brasil e China começaram no final do século XIX, uma missão especial integrada pelo ministro plenipotenciário Eduardo Calado, pelo almirante Arthur Silveira de Mota (Barão de Jaceguay) e pelo secretário Henrique Carlos Ribeiro firmou em 1880, o primeiro acordo, “Tratado de amizade, comércio e navegação entre o Império do Brasil e o Império da China” e ratificado em 1881. O governo brasileiro teve o intuito de que a imigração chinesa fosse direcionada para a mão-de-obra cafeeira; porém, como houve receio de que não iria se diferenciar muito da escrava, o governo chinês recusou o envio de cidadãos para o Brasil; todavia, não se anulou o tratado. (FUJITA, 2003, p. 59).

Em 1911, Sun Yatsen, estadista chinês, proclamou a República da China, mas o Brasil a reconheceu apenas em 1913 e, em 1914, instalou uma missão diplomática em Pequim, capital chinesa, sem grandes acordos ou tratados. Durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Civil Chinesa, entre forças comunistas e nacionalistas, o Brasil manteve uma postura de acompanhamento, através da embaixada, por meio do envio de relatórios dos embaixadores Joaquim Eulálio do Nascimento e Silva; e, depois, Gastão Paranhos do Rio Branco, segundo Edmundo Fujita<sup>5</sup>, com função de bem informar sobre a situação do conflito. Contudo, em 1949, com a fundação da República Popular da China pelo líder Mao Tsé-Tung, o Brasil rompeu com a China Continental por causa do contexto da bipolaridade, e reconheceu Taiwan como representante legítima da China. (FUJITA, 2003, p. 60).

Em 1961, o Brasil realizou uma missão comercial a Pequim, com o vice-presidente João Goulart<sup>6</sup>, o que iniciou o processo de reaproximação entre as 2 nações. Com passos lentos de precaução, o processo levou anos de negociação e, com o golpe militar brasileiro, prenderam os participantes de uma missão chinesa que esteve no Brasil; assim fizeram retroceder com vigor o processo. Apesar de as relações políticas não terem sido densas até aquele momento, não havia como se desconsiderar a importância do diálogo ocorrido nesse período, pois foi o que possibilitou a construção de imagens e percepções sobre o que era o

---

<sup>5</sup> Edmundo Sussumu Fujita (1950) é um diplomata brasileiro, atual embaixador do Brasil na Coreia do Sul

<sup>6</sup> João Belchior Marques Goulart (1919 - 1976) foi vice-presidente durante o governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961.

país, sobre a sua política externa e sobre suas posições e interesses no plano da política internacional. (OLIVEIRA, 2012, p. 101)

Para desenvolver uma diplomacia de governo a governo e respeitar o princípio de não interferência nos assuntos internos, a China diminuiu, a partir de 1969, o apoio aos movimentos revolucionários da América Latina (Mann, 2002). Em 1970, Henry Kissinger, Conselheiro Nacional de Segurança dos EUA e diplomata americano, foi à Pequim para preparar a retomada das relações entre EUA e China; um ano depois, reconheceu-se o governo da China na 26ª Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU); e, no ano seguinte, quanto às relações sino-brasileiras, tornou-se um dos maiores compradores de açúcar brasileiro (FUJITA, 2003, p. 61).

### 1.3 A Aproximação

Ainda em 1972, Deng Xiaoping<sup>7</sup> anunciou o fim do Campo Socialista, o que fez com que o país se reposicionasse no sistema internacional; e, em 1974, Mao Tsé-Tung desenvolveu a Teoria dos Três Mundos<sup>8</sup>. Nesse contexto a China identificou-se como país pertencente do Terceiro Mundo. No caso das relações entre o Brasil e a China, apenas em 1974, com a visita do presidente Ernesto Geisel<sup>9</sup>, as relações diplomáticas reataram-se entre o Brasil e a China; formou-se, desse modo, a base de um convívio bilateral futuro (VILLELA, 2011. p, 3). Apesar de o Brasil estar sob um governo ditatorial, anticomunista, com repressão e perseguição de grupos de oposição interna (comunistas ou não), procurava manter uma política externa autônoma, não mais dependente dos EUA. Definida em função de seus interesses em manter relações diplomáticas independentes das ideologias, ou seja, uma política com um aspecto cooperativo, pois o país concordou em renunciar toda e

---

<sup>7</sup> Deng Xiaoping foi o grande idealizador do pragmatismo diplomático pós Revolução Cultural, com a reaproximação entre a China e as potências ocidentais e o Japão, em função do interesse chinês em obter recursos financeiros e tecnológicos para o processo de modernização econômica (LYRIO, 2010. p.219)

<sup>8</sup> Segundo esta nova estratégia, rotulada como Teoria dos Três Mundos, os Estados Unidos e a União Soviética formavam o Primeiro Mundo: aquele dos opressores; no campo oposto, encontravam-se os países socialistas e os países oprimidos, compondo o Terceiro Mundo; entre estes dois, situava-se um mundo, o segundo, composto por países desenvolvidos, simultaneamente exploradores dos países do Terceiro Mundo e vítimas das interferências do Primeiro Mundo (BECARD, 2008. p. 41)

<sup>9</sup> Ernesto Beckmann Geisel (1907 — 1996) foi político e militar brasileiro, sendo o quarto do regime militar brasileiro, de 1974 a 1979.

qualquer ideologia em suas relações bilaterais. Dessa maneira, possibilitou a escolha de parceiros bilaterais ou multilaterais em função dos possíveis ganhos conjuntos. (BECARD, 2008, p.33).

A partir de 1974, as relações bilaterais começaram a se desenvolver com mais acordos diplomáticos, que versavam sobre a cooperação nos campos econômico, comercial e estratégico. Com o presidente Ernesto Geisel, começou a transição para democracia de forma “lenta, gradual e segura” (FUJITA, 2003, p. 61), ao mesmo tempo em que acontecia uma recessão econômica mundial, com a crise do petróleo. É necessário lembrar que a decisão para o estabelecimento de relações diplomáticas com a China não ocorreu de forma consensual plena entre os Três Poderes brasileiros<sup>10</sup>, com fortes resistências, inclusive, de setores das forças armadas, assim como de conservadores da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2012, pp. 100-101).

Na China, a Revolução Cultural<sup>11</sup> trouxe o radicalismo e a incerteza do futuro político, além do caos econômico em que o país se encontrara. Com o fim da Revolução Cultural e a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, a China começou reformas estruturais modernizadoras, e ampliou a abertura para o mundo externo capitalista. O relacionamento econômico e comercial com o Brasil também se beneficiou desse novo processo dinâmico desencadeado sob liderança de Deng Xiaoping; e, em 1978, assinou-se o acordo de comércio bilateral em Pequim (FUJITA, 2004, p. 64).

Com vários interesses presentes, durante a 1ª reunião da Comissão Mista Brasil-China, realizada entre os dias 4 e 7 de março de 1980, aconteceu uma análise sobre o progresso das trocas comerciais feita pelos dois países e discutiram-se propostas para o progresso das relações sino-brasileiras (BECARD, 2008, p. 112). Desse modo, a China entregou uma proposta inicial de cooperação científica e tecnológica; e, em 1982, o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro fez uma viagem oficial à China acompanhado do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico-Tecnológico (CNPq) para a assinatura de um acordo de cooperação científico - tecnológica.

---

<sup>10</sup> Legislativo, Executivo e Judiciário.

<sup>11</sup> A Revolução Cultural começou em 1966 e foi idealizada por Mao Tsé-Tung, então líder do Partido Comunista Chinês, com a finalidade de neutralizar a crescente oposição, por causa do desastre do plano econômico Grande Salto Adiante (1958-1960), que levou milhões de chineses à fome.

O projeto de cooperação espacial teve significado especial para o governo chinês, por se tratar de um modelo de cooperação Sul-Sul, uma prioridade na moderna diplomacia chinesa. Não havia, até o momento, nenhum projeto de cooperação similar no segmento de satélites entre nações em desenvolvimento, tampouco na cooperação Norte-Sul, já que o assunto era recente no mundo (CUNHA, 2004, p. 79).

Essa relação bilateral era interessante para os pontos em comum na política externa, como: assegurar a autonomia internacional; dar ênfase na soberania nacional, na integridade territorial e na oposição ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos. Segundo Henrique Altemani de Oliveira, o conceito de Terceiro Mundo e a Nova Ordem Econômica Mundial foram bases para a parceria estratégica<sup>12</sup> em que seria estabelecida. A China propiciara uma oportunidade única ao Brasil para uma recuperação mais rápida da crise econômica mundial e um novo posicionamento diante dos processos decisórios internacionais pelas potências emergentes. Esse esforço nas relações com os países do Sul era uma opção para firmar-se em um mercado receptivo aos produtos brasileiros e vencer os obstáculos dos países desenvolvidos. (OLIVEIRA, 2012, p. 81).

O conceito de autonomia, nessa época, correspondia à possibilidade de não enquadramento na bipolaridade política, e, com isso, havia uma noção de universalização e expectativa de multiplicar parcerias e diversificar as dependências. Isso foi um desejo antigo do governo brasileiro, bem demonstrado na Política Exterior Independente, como ficou conhecida a política externa dos governos de Jânio Quadros e João Goulart, que influenciada pelos países em desenvolvimento, buscava alternativas de parceria para além dos EUA. No final da década de 1960, após a interrupção no primeiro governo do período militar, essa política retomava suas perspectivas. Dessa maneira, com essas mudanças na forma da política externa, o principal objetivo do Brasil era aprofundar e continuar o

---

<sup>12</sup> Henrique Altemani utiliza um conceito de Antônio Carlos Lessa: “A ideia de parceria estratégica passa a ser explorada para precisar as interações que permitem ganhos substantivos numa cena internacional caracterizada pelos crescentes apertos da margem de decisões” (LESSA, 1998, p. 37) e afirma que: “A parceria estratégica induz ao consenso de que cada um tem e mantém seus interesses próprios, mas que alguns desses interesses são comuns, sendo que a parceria é um meio de atingir uma concertação, cooperação maior nos assuntos em questão, ou de forma mais precisa, para a geração de melhores condições para o desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2012. p. 99-100)



processo de desenvolvimento industrial e a garantia da segurança nacional. (OLIVEIRA, 2012, pp. 79-82).

Na época, já se observava uma mudança no pensamento dos órgãos internacionais sobre os países em desenvolvimento e a função nessa conjuntura. A China buscava um lugar próprio na política mundial, para demonstrar de forma exclusiva seus interesses, e que esses não eram decorrentes de alianças estratégicas e ideológicas. O Terceiro Mundo atraía a China porque trazia perspectivas de uma liderança internacional, com estilo de diplomacia mais cooperativa, dessa maneira, a China interessou-se pelo Brasil por causa do distanciamento ideológico em relação ao líder do mundo ocidental, mesmo com a proximidade geográfica, e da prática de isolamento ideológico na diplomacia. (STEFANOVA, 1994, p, 18 apud OLIVEIRA, 2012, pp. 83-85).

Para Letícia Pinheiro, a China coincidia com quatro questões da agenda internacional brasileira na década de 1970:

1. Oposição chinesa em assinar o tratado de não proliferação nuclear.
2. O apoio chinês às reivindicações latino-americanas de extensão do mar territorial para 200 milhas marítimas.
3. A recusa em aceitar a posição de que a solução para os problemas ambientais, como o tratado de conferência de Estocolmo em 1972, seria reduzir a demanda de desenvolvimento e o crescimento populacional observado nos países não desenvolvidos.
4. A oposição chinesa em apoiar resoluções da ONU contra a não proteção dos direitos humanos no Chile de Pinochet, o que beneficiava o Brasil em torno das acusações similares à ditadura brasileira. (PINHEIRO, 1993, p. 9).

No momento em que se assinara o Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento das Relações Diplomáticas entre o Brasil e a China, o então Ministro Azeredo da Silveira declarou que a “China e o Brasil fundamentavam o relacionamento em respeito mútuo à soberania e de não-intervenção nos assuntos internos do outro”, e o Vice-ministro do Comércio Exterior da China seguiu a mesma linha de pensamento e acrescentou que os países tinham a “mesma tarefa de salvaguardar a independência e a soberania nacionais, para desenvolver a economia nacional e lutar contra o hegemonismo e a política de força das superpotências”. O discurso comum aos países em desenvolvimento expôs a vulnerabilidade e o caráter injusto do sistema internacional bipolarizado, o que facilitou a formulação de propostas políticas e fortaleceu a unidade dos países em desenvolvimento na defesa da multipolaridade. Logo, o Brasil e a China começaram a se apresentar como

representantes dos países do Sul. Nesse sentido, pode-se considerar que os países emergentes transformaram-se em atores expressivos do jogo internacional, mas também com atuação mais ofensiva, tanto nos EUA e na Europa como nos países mais pobres. (OLIVEIRA, 2012, pp. 91-95).

#### 1.4 Países Emergentes, Parceria Estratégica

O que define países emergentes? É uma expressão que pode conter vários significados, porém há um consenso de que são países em desenvolvimento, que cresceram em diversas áreas e tendem a se aproximar dos países desenvolvidos. Segundo Boyer, Nolte, Racine, Sgard eles têm características em comum, como:

a) uma maior expressão econômica pelo aumento das exportações, assim como pelo interesse dos investidores internacionais; b) existe uma relativa estabilidade institucional; c) países de dimensões geográficas, com crescimento populacional e que expressam uma ambição política por causa de seu crescimento econômico (BOYER, 2008; NOLTE, 2006; RACINE, 2008; SGARD, 2008 apud OLIVEIRA, 2012, pp. 94-95).

Ainda, para a China, as potências emergentes poderiam construir uma plataforma de poder e influência, junto ao objetivo de trazer novas regras ao jogo mundial, mediante uma instância multipolar (CESARIN, 2009, p. 25). O Brasil e China esperavam, na relação de ajuda mútua, um futuro fértil e de muitos resultados como, por exemplo, o crescimento dos países dentro sistema internacional. A evolução para parceria estratégica seria um caminho natural e, de fato, firmou-se com o tempo.

Na visão da China, a parceria estratégica é o mais alto nível do quadro de parcerias construídas na diplomacia chinesa. Para isso, seriam necessárias características como: a) estabelecer relações entre nações e não alianças militares; b) criar resoluções, de forma pacífica, das diferenças e dos conflitos existentes através de consultas e diálogos; c) não se aliar para combater um outro país; d) ajudar a estabelecer relações normais com um terceiro país. (SU, 2009, pp. 35-39).

(...) Estabelecer uma parceria estratégica entre a China e o Brasil, grandes nações em desenvolvimento, simbolizava a maturidade das relações bilaterais, pois o significado da “Cooperação Sul-Sul” entre o Brasil e a China havia ultrapassado em muito a categoria de relações bilaterais. (SU, 2009, p. 39).

É perceptível uma clara mudança do conceito de alianças no momento pós segunda guerra mundial, pois houve uma ênfase na diplomacia de não confronto que estabelece uma evolução no sentido de uma estabilidade perante a sociedade internacional, ou seja, não seria através de alianças que se conseguiria um maior apoio militar para quaisquer que sejam as ambições. O objetivo mais claro do Brasil nessa parceria seria uma presença mais forte do seu ponto de vista nos fóruns internacionais, dada a força da cooperação entre os países emergentes por interesses em comum.

Segundo o Chanceler Azeredo da Silveira, o objeto da ação diplomática não são países, porém situações que procuram reduzir as áreas de divergência ou confrontação. Maria Regina Soares de Lima reforça essa ideia: “As alianças são formadas em função de interesses concretos e não de princípios idealistas, tais como, a defesa dos valores do Ocidente ou a solidariedade das nações do Terceiro Mundo” (LIMA, 1987, p. 3). Um dos fatores mais importantes para a formação da política externa do Brasil tem sido sua localização no hemisfério ocidental, com o contexto regional que representa uma fonte de estabilidade para o Brasil. (OLIVEIRA, 2012, p. 110)

Portanto, a parceria estratégica é adequada para o Brasil como também para a China, pois mantém a tradição de autonomia, de respeito à não intervenção em assuntos internos e envolve um peso político, econômico e tecnológico, assim como sua postura relativamente contínua e consistente nos organismos internacionais. Para o Brasil, a China continua a ser interessante pelo novo status econômico, comercial, financeiro, político e estratégico, fundamental para o atendimento dos objetivos brasileiros, no processo de redefinição do seu papel no contexto internacional da época. Sennes e Barbosa ainda pontuam que o Brasil é o único país da região que os governos chineses “aceitam discutir temas geopolíticos e estratégicos, seja no plano bilateral como no plano multilateral”. (SENNE; BARBOSA, 2011, p. 134).

Dessa forma, além de o Brasil e de a China analisarem as questões da multipolaridade através dos interesses mútuos e da ação conjunta nos organismos internacionais, como condições indispensáveis para a realização da relação bilateral; outros temas, como a decisão conjunta de cooperação, tanto no uso pacífico da energia nuclear, quanto na área espacial, contribuíram para isso. (OLIVEIRA, 2012, p. 106)

## **CAPÍTULO 2: PROCESSO DA ASSINATURA DO AJUSTE DE 1984**

### 2.1 Os Atos Internacionais

Todo o ato internacional celebrado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, tanto bilateral como multilateralmente, tem uma nomenclatura diferente de acordo com a finalidade de cada um. Nesse capítulo, procura-se enfatizar o “Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear.”. Segundo o manual de procedimentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Acordo é conhecido como “guarda-chuva”.

Também conhecidos como “guarda-chuva”, estabelecem marcos gerais de cooperação, devendo ser complementados por instrumentos posteriores, como os Ajustes Complementares ou os Programas Executivos, que implementam seus amplos dispositivos no plano concreto. Esses tipos de acordos definem o arcabouço institucional que passará a orientar a execução da cooperação. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010)

Após a visita do Ministro de Minas e Energia César Cals, com o intuito de firmar uma possível cooperação bilateral na construção de centrais hidrelétricas na China, acompanhado também de uma comitiva da Eletrobrás que almejava a possibilidade de uma participação brasileira no projeto sobre o rio Nanpan, aconteceu em maio de 1984, dez anos após o restabelecimento das relações entre esses dois países, a 1ª visita de um Chefe de Estado, o então governo brasileiro, presidente João Baptista Figueiredo, para buscar novos rumos e perspectivas de negociações futuras à essa relação, quando em viagem à Ásia.

Segundo fontes diplomáticas, os acordos entre os dois países confirmaram-se no curso da visita de João Figueiredo, com a assinatura de cinco acordos referentes à cooperação econômica, técnica e científica, em particular, o acordo sobre a exploração pacífica da energia nuclear. No mesmo período da visita, houve a “Primeira Feira Internacional do Brasil” na China.

## 2.2 A Visita de João Figueiredo à China

No dia 27 de maio de 1984, iniciara-se a visita à China. Recepcionaram muito bem o Presidente João Figueiredo e a Primeira Dama Dona Dulce desde o aeroporto, com várias demonstrações de cordialidade, segundo as notícias do jornal *Correio Braziliense*.<sup>13</sup> A missão teve como objetivo estreitar as relações entre o Brasil e a China com a assinatura de um Memorando pelos quais os dois países iriam determinar as bases de um futuro acordo nuclear. O Presidente Figueiredo comentou que a visita expressava a confiança dos governos chinês e brasileiro no amplo desenvolvimento de suas relações. Apesar de estar prestes a fazer negócios com um país socialista, antes de partir do Japão, em Tóquio, ele se declarou contrário a qualquer domínio soviético na América Central, ao demonstrar que o fato de fazer negócios com a China não significaria que iria aderir ao mesmo sistema. O Presidente brasileiro firmou continuidade à diplomacia de diversificação de parcerias em que o Presidente Ernesto Geisel havia começado; isso possibilitaria o restabelecimento das relações entre Brasil e China<sup>14</sup>. (BECARD, 2008, p. 100).

Segundo Jornalista Luiz Adolfo Pinheiro, na época, Editor Chefe do *Correio Braziliense*,

Em termos de política interna brasileira a visita a Pequim também está fadada a ter repercussões. O diálogo com o governo marxista mais populoso do mundo na sua própria capital, mostra que ficaram para trás os preconceitos do passado. O Brasil não vai importar o modelo chinês social e político. Mas, definitivamente, já perdeu medo dele (CB, 27/05/1984, p. 12).

Para as autoridades chinesas, a visita demonstrava uma política de abertura do Brasil para o mundo. Figueiredo foi o 11º Chefe de Estado e de governo de nação do continente americano a visitar a China. Além dos documentos de cooperação comercial, o memorando de entendimento assinado em maio de 1984, vigente até hoje, estabeleceu as bases para realizar um acordo nuclear, assinado em outubro do mesmo ano. Também

---

<sup>13</sup> HOJE, boas-vindas do Governo chinês. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 5

<sup>14</sup> “The transition from the military regime to the civilian rule in 1985 apparently did not affect foreign policy, especially because this transition had been prepared since 1974 by the so-called political opening.” CERVO, 2003 apud BECARD, 2008, p. 85

haveria a assinatura de sete ajustes complementares<sup>15</sup> ao acordo de cooperação firmado em março de 1982, pelo Chanceler Saraiva Guerreiro<sup>16</sup>. Segundo Danielly Becard<sup>17</sup>, politicamente, a visita do Presidente João Figueiredo contribuiu para elevar o novo *status* das relações bilaterais, dez anos depois da normatização diplomática entre os dois países. (BECARD, 2008, p. 104).

No dia 29 de maio de 1984, o jornal noticiou a seguinte fala do Presidente Figueiredo: “As superpotências são causadoras dos prejuízos do terceiro mundo”. A visão terceiro-mundista e do combate à bipolaridade, vem das bases do relacionamento entre o Brasil e a China. É preciso lembrar que em 1974, durante a visita do Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Popular da China, Chen Chieh ao Brasil, para o restabelecimento das relações, fez a seguinte declaração:

A China defende coerentemente que os países em desenvolvimento compartilhem no passado da mesma sorte, e que hoje eles tem a sua frente a tarefa comum de lutar contra o hegemonismo de grandes potências, de desenvolver suas economias nacionais e de edificar os seus respectivos países, portanto devem poder unir-se mais estreitamente, devem não apenas apoiar-se no plano político, mas também, ajudar-se mutuamente no plano econômico. A sua cooperação que se baseia realmente na igualdade apresenta amplas perspectivas. (CB, 17/08/1974, p. 5)

Apesar de os objetivos da visita serem basicamente políticos e diplomáticos, essa entusiasmou a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio. O então Senador Albano Franco disse serem as perspectivas do comércio entre o Brasil e a China, positivas sob todos os ângulos. Em 1974, o primeiro acordo foi sobre a venda do açúcar, segundo o qual Brasil forneceria à China 200 toneladas de açúcar anuais, por um período de 3 a 5 anos, e esperava-se também os fornecimentos de soja, sisal, algodão, minério de ferro, ferro-gusa e celulose em troca comercial de minerais não-ferrosos, arame farpado, produtos de artesanato, petróleo, carvão e minerais.

---

<sup>15</sup> Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o governo da república Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.

<sup>16</sup>Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o governo da república Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China.

<sup>17</sup> Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1992), mestrado em Science Politique - Gouvernement Comparé pela Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne (1994) e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2007). Atualmente é professora adjunto II no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

No dia 29 de maio de 1984, Figueiredo teve um encontro com Deng Xiaoping, o homem forte da política da China, que ao mesmo tempo não eliminou na totalidade a ideologia de Mao Tsé-Tung, como à “focalizada na edificação de um país forte e dono de si mesmo” (BECARD, 2008, p. 86), mas também conseguiu criar e implementar o socialismo de mercado<sup>18</sup>, o que possibilitou as relações Brasil-China. Debateram sobre a manutenção da paz, dos conflitos em outros países, do intercâmbio de produtos entre Brasil e China e uma reiteração das políticas que tangem desde o início a parceria entre os dois<sup>19</sup>. Ao demonstrar apoio à cooperação Sul-Sul, Deng Xiaoping declarou:

Sem uma solução ao problema Norte-Sul, a reativação econômica mundial encontrara obstáculos e os países desenvolvidos deveriam compreender que suas economias não podem se desenvolver de maneira significativa sem o crescimento das economias dos países de Terceiro Mundo. (CB, 30/05/1984, p. 9)

Ainda sobre o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul, cada um expressou seu ponto de vista a partir das experiências de seus países. Para Figueiredo, “Somente desenvolvendo a cooperação Sul-Sul, os países desenvolvidos poderão aceitar um diálogo norte-sul” (CB, 30/05/1984, p. 9), já Deng XiaoPing declarou que:

Não fará o jogo dos Estados Unidos ou da União Soviética. Apesar de ter conseguido uma certa prosperidade a China continua pertencendo ao terceiro mundo e jamais adotara uma atitude de hegemonização ou dominação com outros países. (CB, 30/05/1984, p. 9)

Não era a primeira vez que Deng Xiaoping se encontrava com uma autoridade brasileira. Em 1982, o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Saraiva Guerreiro, visitou a China e iniciou o processo da parceria estratégica, com busca pela assinatura do Acordo de Cooperação Científico-Tecnológico entre o governo da república Federativa do Brasil e

---

<sup>18</sup>Socialismo de mercado, ou economia de mercado socialista, refere-se a vários tipos de sistemas econômicos, onde os meios de produção e as instituições econômicas dominantes ou são de propriedade pública ou propriedade cooperativa, todavia operados de acordo com as regras da oferta e da procura.” (MCNALLY, 1993, pg 44)

<sup>19</sup> Em 1974, ao retomarem as relações, Chen Chieh declarou que o “Brasil e a China tem a tarefa comum de defender a soberania estatal, desenvolver a economia nacional, construir seus próprios países e manter a mesma luta contra o hegemonismo e o poder de forças das superpotências. [...] Seja qual for o sistema, as relações entre os países devem estar condicionados aos cinco princípios de coexistência pacífica: 1) respeito mútuo à soberania e integridades territoriais; 2) não agressão mútua; 3) não intervenção nos assuntos internos; 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica.” In Resenha de Política Exterior do Brasil.; nº II, julho, agosto e setembro de 1974, p. 20 apud BECARD, 2008, p.70

o governo da República Popular da China de 1982, o que possibilitou a gestação do programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (*China-Brazil Earth Resources Satellite – CBERS*)<sup>20</sup>. Nessa viagem, que ele também esteve, o Chanceler Brasileiro confirmou serem os diálogos pertinentes e concentrados nas coincidências, em termos de política internacional, sentido de paz e desenvolvimento econômico da cooperação Sul-Sul (CB, 29/05/1984, p. 9)

O presidente da China, Li Xiannian<sup>21</sup>, declarou: “o Brasil e China têm muito em comum, mantêm uma consideração recíproca e respeitam com rigor o princípio de autodeterminação dos povos e a não intervenção nos assuntos internos”. Em um banquete oferecido para mais de 150 pessoas, ao reconhecer a China como um país do Terceiro Mundo, declarou:

“Fortalecer a unidade e cooperação com os países do terceiro mundo é o ponto de apoio fundamental da política externa do nosso país. Estamos dispostos a lutar, juntamente com o Brasil e os demais países do terceiro mundo, pela salvaguarda da paz mundial, pela impulsão do diálogo norte-sul, pela promoção da cooperação sul-sul e pelo estabelecimento de uma nova ordem. Poderemos dar contribuições para salvaguardar a paz mundial, para proteger os direitos e interesses econômicos, desde que nós, os países de Terceiro Mundo, intensifiquemos nossas unidades e cooperação.” (CB, 29/05/1984, p. 9).

No mesmo dia do encontro com Deng Xiaoping, o presidente Figueiredo percorrerá um trecho da muralha da China, local a cerca de 100 km da capital Pequim, visitou tumbas da dinastia Ming. Carlos Atila, secretário de imprensa da Presidência, fez um balanço da viagem.

Disse ainda que foi importante deixar bem entendido que a diferença de concepção ideológica não interfere nas relações entre o Brasil e a China[...] “Temos que aproveitar a disposição do governo chinês para ampliar as relações no sentido sul-sul, inclusive porque há interesse político neste relacionamento”. (CB, 31/05/1984, p. 8)

O Brasil procurava diversificar seus parceiros internacionais para não depender de um único e a oportunidade de conseguir expandir suas relações comerciais e diplomáticas com a China era de grande interesse para o governo brasileiro.

---

<sup>20</sup> BIATO, 2010, p. 44

<sup>21</sup> Li Xiannian (1909 - 1992) foi Presidente da República Popular da China entre 1983 e 1988.



### 2.3 Notícias dos Acordos pelo Jornal Correio Braziliense

No dia 30 de maio, dentro das notícias sobre a viagem do presidente Figueiredo à China, noticiou-se que os dois governos assinaram, de fato, um ajuste complementar<sup>22</sup>, além de concordarem em intensificar a cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, piscicultura, saúde, energia elétrica, microeletrônica e informática. Junto assinou-se um Memorando de entendimento sobre a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear. Segundo o documento, concordaram em incluir: pesquisa básica sobre os usos pacíficos de energia nuclear, tecnologia relativa à pesquisa projeto, construção e operação da energia nuclear. Isso demonstrou grandes avanços e desejo de continuidade à cooperação tanto da parte do Brasil quanto a da China. Segundo o jornal Correio Braziliense a cooperação nuclear foi assegurada.

Além da assinatura do memorando que prevê a cooperação no setor nuclear, bem como um acordo e dois anexos a cada texto, referente ao comércio bilateral e à cooperação científica e técnica entre os dois países [...]Os dirigente chineses e Figueiredo insistiram sobre os problemas da paz e do desarmamento e na necessidade e instaurar uma nova ordem econômica mundial. (CB, 31/05/1984, p. 8).

Com a guerra fria no seu fim, com a incerteza do futuro, era evidente que a bipolaridade não funcionara, logo, era preciso saber como o mundo deveria funcionar depois disso. No jornal Correio Braziliense ainda se noticiou que

O Memorando assinado na área nuclear é um acordo básico, segundo informou uma integrante da comitiva brasileira, que prevê em particular a troca de informações e de missões. A mesma fonte assinalou a importância política do acordo, o primeiro a ser assinado desse tipo que dois países do Terceiro Mundo e que não são signatários do tratado de não proliferação de armas nucleares. Ao que parece, segundo a fonte, esse Memorando pode ser o primeiro passo para um futuro acordo nuclear. (CB, 31/05/1984, p. 8)

De fato foi um primeiro passo, tendo em vista que cinco meses depois o acordo foi assinado pelos governos<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Ato que normatiza a execução de outro, anterior – em muitos casos, um Acordo-Quadro ou um Acordo Básico. Detalha áreas de entendimento específicas e formas de implementação. Este formato tem sido particularmente utilizado para dar forma às crescentes atividades de cooperação técnica no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010, p. 7)

<sup>23</sup> O acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China para a cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear.

## **CAPÍTULO 3: PROCESSO DA ASSINATURA DO PROTOCOLO DE 1988**

### 3.1 Depois de 1984

No período de 1985 a 1990, a China utilizou algumas atitudes terceiro-mundistas com o objetivo de adotar uma política externa mais independente. Além do mais, o Brasil começara a trazer uma universalidade à diplomacia, por meio da aproximação com países da Ásia e da África, e com o Presidente José Sarney, Chefe de Estado, “as relações sino-brasileiras adquiriram magnitude e expuseram a preferência que era dada pelas diplomacias brasileira e chinesa às relações Sul-Sul” (BECARD, 2008, pp. 99-101).

Em meio à votação do 1º turno da Assembleia Nacional Constituinte, que resultaria na atual Constituição Federal Brasileira, de 1988, o presidente José Sarney viajara para a China numa missão em que buscava novos acordos diplomáticos e políticos, de acordo com os objetivos da política exterior brasileira do governo. “O governo do Presidente José Sarney marca um divisor de águas no relacionamento bilateral” (BIATO, 2010, p. 47), fazendo com que as relações se ampliassem além do intercâmbio comercial. Sua visita afirmara que, de fato, as relações bilaterais entre o Brasil e China tinham crescido desde o início da década e mereciam a devida atenção. Havia um projeto para estreitar relações com países do “mesmo nível” do Brasil, os quais eram tidos como objetivos prioritários da diplomacia brasileira, fora da América do Sul. Além de indicar a autonomia que o país desejava manter diante dos EUA. (DANESE, 199, pp. 382-383)

Essa foi a 2ª viagem de um presidente brasileiro à China, que teve início no dia 2 de julho de 1988. Uma chamada de capa do Jornal Correio Braziliense do dia 1º de julho de 1988, anuncia a visita de Sarney à China e a busca por um maior desenvolvimento no campo tecnológico.

O presidente José Sarney embarcou ontem para China, certo de que trará de sua visita àquele país resultados positivos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de tecnologia. Sarney considera importantíssimo para o Brasil, porque representa no Oriente aquilo que o Brasil representa no Ocidente. O presidente entende que os dois países têm o mesmo nível de industrialização, os mesmos problemas, mas também as mesmas capacidades, disse em entrevista no Palácio da

Alvorada. Durante visita serão assinados acordos nas áreas industriais, energética, transportes, espacial e de saúde. (CB, 01/07/1988, p. 14)

Pela primeira vez, o Brasil criou um Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985. Ministro Renato Archer, considerou convincentes as propostas chinesas sobre a área espacial, o que abriu o caminho para que os objetivos contidos no Ajuste Complementar ao Acordo de Ciência e Tecnologia, de 1984, concretizassem. Com isso, em 1986, o Ministro começou as negociações técnicas para o desenvolvimento de um programa espacial de cooperação sino-brasileiro. (BECARD, 2008, p. 137).

Esse interesse em realizar essa cooperação junto à China era apresentado por causa das similaridades entre as condições de serem países em desenvolvimento. A China utilizava soluções tecnológicas econômicas que se adaptavam as características e necessidades brasileiras. Havia motivos que somavam à essa cooperação: os chineses a viam como uma forma de acelerar o desenvolvimento de suas capacidades e diminuir a dependência sob outros satélites estrangeiros para a obtenção de serviços e operações na área de meteorologia, navegação e sensoriamento remoto; o Brasil tinha condições financeiras de participar ativamente da implementação do projeto de cooperação e poderia ainda aumentar o intercâmbio chinês com países que já tinham um histórico de comercialização de produtos tecnológicos com o Brasil. (BECARD, 2008, p. 136).

Além disso, o Brasil tinha várias razões que ajudariam a sua posição internacional através dessa cooperação. Havia necessidade do país desenvolver capacidade própria de construção de satélites de sensoriamento remoto, já que o país tinha recursos humanos qualificados, assim como instalações modernas na área espacial (graças ao projeto Missão Espacial Completa Brasileira - MECB<sup>24</sup>), que poderiam e deveriam ser utilizados em projetos internacionais. O Brasil buscava desenvolver a cooperação internacional para estimular suas atividades espaciais e elevá-las a um estágio de desenvolvimento adequado; e, com a cooperação da China em sensoriamento remoto, com fortes interesses mútuos com possibilidades da obtenção de tecnologias espaciais, antes impossíveis de se adquirirem ou se desenvolverem com outros países em desenvolvimento, o que ajudaria a vencer os

---

<sup>24</sup> A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), foi o primeiro programa espacial integrado de grande porte definido (1979) e implementado no Programa Espacial Brasileiro (PEB).

obstáculos que os países desenvolvidos colocavam na transferência de tecnologias avançadas aos países em desenvolvimento. (BECARD, 2008, p. 135-136).

A China configurava, naquele momento, entre as principais potências espaciais, por lançar, a partir de 1970, até então, quinze satélites artificiais com finalidades variadas. Tanto os satélites quanto os foguetes lançadores utilizavam tecnologia de exclusividade chinesa; cabe assinalar, ainda, que o lançamento, em abril de 1984, de satélite de comunicações geostacionário inseriu aquele país no circuito restrito de países detentores de tecnologia espacial sofisticada. (BECARD, 2008, p. 135)<sup>25</sup>

### 3.2 A Visita do Presidente José Sarney

A visita do Presidente brasileiro tinha objetivos especificamente traçados antes mesmo do começo da viagem. Além da cooperação no programa espacial, a busca era por assinatura de diversos acordos bilaterais que traçariam a evolução da cooperação sino-brasileira<sup>26</sup> e, desse modo, complementaria as economias e, segundo o próprio Sarney, garantiria a participação “neste fantástico mundo das descobertas científicas que estava começando e que se chamaria de A Terceira Revolução Industrial” (CB, 01/07/1988, p. 14). A previsão de conclusão do programa espacial era no ano de 1994<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> O centro aeroespacial de Xangai foi criado em 1962. Atualmente é constituído de três institutos de pesquisas e três fabricas que empregam mais de 30 mil pessoas. O país, segundo os técnicos, já realiza, desenha e constrói foguetes de lançamento e também foguetes de combate antiaéreos (DANTAS, Josafa. Sarney visita centro espacial. Correio Braziliense, Brasília, 09 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14)

<sup>26</sup> Foram os seguintes os 8 documentos assinados durante a visita presidencial: Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico no Setor de Transportes; Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial; Acordo Consular; Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a China na Área de Fármacos destinados ao combate a grandes epidemias; Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a China, em Matéria de Energia Elétrica, incluindo a Energia Hidrelétrica; Memorandum de Entendimento para a Cooperação no Campo da Assistência Social entre a Fundação Legião Brasileira de Assistência e a ‘China Association for SOS Children Village’; Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da RPC sobre Cooperação no Domínio da Medicina e dos Fármacos Tradicionais; Acordo de Intercâmbio Noticioso entre as Agências EBN e XINHUA e Protocolo sobre Pesquisa e Produção de Satélite de Recursos da Terra sino-brasileiro. Cf. Relatório 1988. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1988. p. 29-33 apud BECARD, 2008, p. 112.

<sup>27</sup> “Na presença de crises financeiras e reformas internas, o Brasil também teve dificuldades para fazer alavancar a cooperação com a China. Assim, passado apenas um ano desde a assinatura do acordo-base na área espacial com a China, em 1988, incertezas e indefinições levaram o Brasil a descumprir com suas obrigações financeiras perante o projeto CBERS, que adentrou em uma fase de inércia.” (BECARD, 2011, p. 34)

Segundo fontes diplomáticas ocidentais, o primeiro dos dois satélites custaria 150 milhões de dólares, participando a China com 70% desse valor (CB, 03/07/1988, p. 26).

No dia 1º de julho, publicou-se uma entrevista coletiva do Presidente Sarney no jornal Correio Braziliense, onde ele explicava a conjuntura da viagem. Para o Presidente, a aproximação do Brasil com a China e depois com os países do Terceiro Mundo e em desenvolvimento, criaria uma política internacional muito mais aberta, onde surgiriam condições de romper com a predominância dos países desenvolvidos em alguns setores tecnológicos, criticada por Sarney.

Apesar da busca pela ampliação das relações sino-brasileiras, o intercâmbio comercial sofria uma queda desde 1985, “no quadro geral das exportações brasileiras, a participação da China caiu de 5,1% em 1985 para 3,2% em 1988, 1,2% em 1990 e 0,7% em 1991.” (BIATO, 2010, p. 50). Ao questionarem o Presidente José Sarney como iria fazer para mudar a situação, ele afirmou que no caso da China, no comércio não era mais o foco e sim, na ciência e na tecnologia para darem um passo importante. Nesse momento, citou o exemplo da concretização da cooperação espacial. Ele explicou, com detalhes e conhecimento, o porquê da busca dessa cooperação. “O Brasil já tem o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), que desde 1969, tem atividades voltadas ao sensoriamento remoto, com laboratório e um pequeno satélite pronto, porém, estavam com problemas em conseguir foguetes para enviá-lo ao espaço, e um sistema de rastreamento inteligente para mantê-lo”. Segundo Sarney, os países desenvolvidos se recusavam a vender para que países do porte brasileiro desenvolvessem tecnologia de ponta. Quanto à China dominava essa tecnologia, dessa maneira, os acordos poderiam ser uma cooperação complementar, com o Brasil a fornecer parte de informática e eletrônica (CB, 01/07/1988, p. 14).

Sarney complementa que o programa espacial daria um passo importante para a humanidade, já que seriam rompidas as hegemonias dos países desenvolvidos. No escopo do projeto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto (CBERS) era

planejado lançar dois satélites, um em 1992 e um em 1994<sup>28</sup>. A previsão de conclusão do programa espacial era no ano de 1994<sup>29</sup>.

Para o presidente brasileiro os “países desenvolvidos têm procurado fazer é transformar as descobertas científicas em bens econômicos como se fossem negociações entre empresas privadas e não conquistas colocadas a serviço do homem” (CB, 01/07/1988, p.14) e, do ponto de vista terceiro mundista, isso não poderia acontecer; a ordem mundial deveria se transformar. Segundo Josafa Dantas, enviado especial do Correio Braziliense, esperava-se a visita brasileira ansiosamente pelo governo Chinês, porém a possível assinatura do convênio de construção dos dois satélites de sensoriamento remoto pelo Brasil e a China não agradava os países desenvolvidos que ameaçaram boicotes às vendas de tecnologia de ponta (CB, 01/07/1988, p. 14).

Em 1978, a China abriu-se economicamente e desde então, tem sofrido mudanças drásticas tanto na área política quanto na infraestrutura das cidades. O enviado chega a comparar Pequim aos primeiros anos de Brasília, um grande canteiro de obras. A situação foi muito diferente daquela que os repórteres encontraram durante a visita de João Figueiredo à Pequim em 1984, com uma transformação impactante. Todavia, os chineses não se esqueceram de Mao Tsé-Tung, o grande líder que continuava presente nos ensinamentos nas escolas e nas ruas (CB, 03/07/1988, p. 26).

Para o vice-ministro do Exterior, Zhu Qizhen:

O Brasil desempenha um papel determinante na América Latina e o desenvolvimento das relações sino-brasileiras ajudará a promover as relações com os demais países da região. (CB, 01/07/1988, p. 14)

Ele ainda destacou que o rápido desenvolvimento das relações se deve à ausência de conflitos nos interesses fundamentais. Com o acordo o presidente almejava o alcance da tecnologia para várias outras nações, acabando com a dominação exclusiva pelos países desenvolvidos.

---

<sup>28</sup> Apesar do acordo de ter sido firmado em 1988, somente em 1999 foi lançado o primeiro satélite (CBERS-1) e o segundo satélite (CBERS-2) foi lançado em 2003.

<sup>29</sup> “Na presença de crises financeiras e reformas internas, o Brasil também teve dificuldades para fazer alavancar a cooperação com a China. Assim, passado apenas um ano desde a assinatura do acordo-base na área espacial com a China, em 1988, incertezas e indefinições levaram o Brasil a descumprir com suas obrigações financeiras perante o projeto CBERS, que adentrou em uma fase de inércia.” (BECARD, 2011, p. 34)

Ao desembarcar, ontem, em Pequim, o presidente José Sarney afirmou que o acordo que o Brasil e a China vão assinar para a construção de dois satélites para sensoriamento remoto, que vai envolver uma soma de 150 milhões de dólares, quebrará o monopólio detido pelas grandes potências na fabricação desse tipo de equipamento. A formalização da proposta, destacou Sarney, vai permitir que outras nações participem do processo de dominação dessa tecnologia (CB, 04/07/1988, p. 7).

Os membros da comitiva recebiam a cooperação de várias maneiras. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Roberto Abreu Sodré considerava a assinatura do acordo como o ponto mais importante da visita. Já o ministro da Aeronáutica, Octávio Júlio Moreira Lima, achava que o convênio era muito bom, porque a China tinha a tecnologia necessária e ele esperava que as relações entre os dois se estendessem para a cooperação espacial na indústria aeronáutica.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, considerava o acordo excelente, pela participação e os ganhos brasileiros, que de total de 150 milhões de dólares investidos no programa, o Brasil iria entrar com apenas 30%, ou seja, 45 milhões de dólares. Ele declarou que os ministros dos países desenvolvidos queriam vender apenas a caixa preta, mas ficavam com o segredo. Com o projeto, os dois países dominariam a tecnologia e desenvolveriam os segredos da caixa preta<sup>30</sup>. Subestimaram-se os custos do projeto: de 1988 a 1995, o Brasil investiu mais de US\$ 64 milhões, e ainda teria de investir mais US\$ 33,5 milhões, de 1996 a 1999. (BECARD, 2008, p. 140).

Ministro Moreira Lima não acha que o acordo vá quebrar o monopólio das grandes potências e não acredita na possibilidade de retaliações, como advertência feita pelos governos francês e norte-americano, especialmente à China. O Brasil, na sua opinião, tem um bom relacionamento com as nações que dominam a tecnologia de satélites, e por isso considera improvável essa hipótese. O mesmo pensamento tem o ministro Luiz Henrique. Ele disse que o Brasil vem cumprindo seu papel, fazendo o que tinha que fazer, porque os demais países desejam apenas vender o equipamento não transferindo, contudo, a tecnologia. (CB, 04/07/1988, p. 7)

Durante banquete oferecido pelo presidente, Yang Shangkun (1988-1993), José Sarney foi categórico ao afirmar que o Brasil e a China iriam romper o monopólio fechado

---

<sup>30</sup> DANTAS, Josafa. Uma aproximação histórica. Correio Braziliense, Brasília, 04 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 07

das tecnologias de ponta, porque “Não podemos aceitar que se cristalizem divisões entre os países detentores de alta tecnologia e os que ficarão relegados à margem da acelerada revolução científica e tecnológica em curso no mundo.”. Além disso, Brasil e China necessitavam “superar e remover as barreiras existentes na ordem econômica internacional, que frustram a plena inserção de nossas economias nos mercados mundiais”. (CB, 05/07/1988, p. 15). Segundo o presidente brasileiro, o cenário emergente do século XXI seria marcado profundamente.

Não por uma divisão entre ricos e pobres, mas entre os que dominam o conhecimento especializado e aqueles que não o dominam [...] O saber, não apenas o ter, será o critério distintivo das sociedades no próximo milênio. Pior que o atraso será a colonização cultural, de povo sem acesso ao saber.” (CB, 05/07/1988, p. 15).

No dia 6 de julho de 1988, uma nota de capa, anunciava que seria o dia da assinatura do acordo mais importante, o da construção para os dois satélites de sensoriamento remoto. No dia anterior, o Presidente Sarney encontrara-se com Deng Xiaoping, em um encontro que durou mais de uma hora e fez-se uma ampla análise da conjuntura internacional e das perspectivas de relacionamento entre o Brasil e a China. O presidente José Sarney convenceu-se de que o socialismo da China não seria “patológico, mas criativo” diante do sucesso das reformas econômicas iniciadas em 1978 (CB, 06/07/1988, p. 14). Deng Xiaoping identificou posições e responsabilidade histórica entre o Brasil e a China semelhantes e os países deveriam continuar a trocar experiências positivas para uma boa cooperação. A identidade com o Terceiro Mundo é o elo para fortalecer a relação bilateral (BECARD, 2008. p. 111), “Sem a China não se enxerga o século XXI na Ásia” disse José Sarney. “Sem o Brasil não se enxerga o futuro na América”, respondeu Xiaoping (CB, 06/07/1988, p. 14).

### 3.3 Processo de assinatura do Protocolo de Cooperação Espacial

A proximidade sino-brasileira na área espacial aconteceu junto a um momento crítico das relações do Brasil com países desenvolvidos, pois em abril de 1987, a cooperação internacional com os países participantes do *Missile Technology Control Regime – MTCR*, (inicialmente os membros do G-7) interrompeu-se após o Brasil ter negado sua adesão. Além disto, os países desenvolvidos aplicaram embargos tecnológicos para China e o Brasil, bem próximos da data de assinatura do acordo sobre o programa



espacial. (BECARD, 2008. p.136). Josafa Dantas comenta sob a perspectiva da imprensa brasileira diante da assinatura do convênio.

Com a assinatura ontem do convênio de pesquisa e produção de satélites da terra, as relações bilaterais entre o Brasil e a China ganham nova dimensão. A partir de agora os dois países vão desenvolver estudos para firmar o convênio para o desenvolvimento de pesquisas na área nuclear. A decisão política foi tomada durante os encontros com os líderes chineses, segundo revelou o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sódre, antes de embarcar rumo a Shanghai. [...] Com a aprovação do relatório do instituto de pesquisas espaciais (Inpe) e da Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (Cast), o Brasil e a China enfrentam um grande desafio. Vão ter de convencer os membros do fechado clube que detém a tecnologia da produção e lançamento de foguetes e satélites e que é necessário permitir acesso às outras nações. [...] Os 2 países precisam suportar a carga que deve ser imposta por nações como a França, que já avisou que não quer que a China domine a tecnologia de lançamento de foguetes. (CB, 07/07/1988, p. 15).

O ano de 1988 foi determinante para o estreitamento da cooperação e o início de uma parceria estratégica. Entre os dias 17 de fevereiro a 6 de março de 1988, membros do INPE participaram de reuniões na CAST para definir as responsabilidades nos trabalhos de desenvolvimento do satélite de sensoriamento remoto sino-brasileiro, concluíram negociações relacionadas a aspectos técnicos do projeto binacional de satélite de sensoriamento remoto. Desse modo, dois anos depois do começo das negociações técnicas bilaterais, resultados concretos se alcançaram na cooperação bilateral na área espacial, materializados no “Relatório de Trabalho” então apresentado e assinado por representantes da CAST e do INPE. (BECARD, 2008, p. 138).

Ao Brasil, no caso ao INPE, designou-se que eles iriam desenvolver a estrutura mecânica dos satélites, o suprimento de energia, o subsistema de coleta de dados ambientais, parte dos subsistemas de bordo para comunicações de telemetria e telecomando e os equipamentos elétricos de apoio no solo. Também ficou responsável pela inclusão de uma câmara CCD com largo campo de visada, com circuito integrado de captador de imagens (capaz de proporcionar imagens mais precisas em termos de balanceamento e varredura que as câmaras de tubo). Ao CAST, ficou acordado que eles iriam desenvolver o subsistema de controle de altitude e órbita – AOCS, o computador de bordo (OBDH), câmara infravermelha, circuitos internos, os subsistemas de bordo para as comunicações de telemetria e telecomando e os suportes mecânicos. O gerenciamento do projeto e integração

e testes dos satélites eram de responsabilidade conjunta, respeitavam a proporção de 30% das tarefas para o Brasil e 70%, para a China (BECARD, 2008, pp. 140-141).

Na matéria do dia 8 de julho do Correio Braziliense, discorre-se sobre os resultados da viagem. Segundo Josafa Dantas, a visita consolidou o processo de cooperação entre o Brasil e China, nos campos econômicos e tecnológicos, e que a partir daquele momento ambos teriam presença mais firme no cenário mundial e nas discussões de temas para o equilíbrio mundial. Segundo informações dos assessores do Governo brasileiro, a união entre países médios não significava somar fraqueza, mas também explorar vantagens existentes em vários campos e, para o presidente José Sarney, o relacionamento com os países do oriente se tornava cada vez mais prioritário.

O presidente Sarney deseja tornar “cada vez mais sólidos os alicerces do relacionamento com a China”, conforme destacou ontem durante jantar oferecido pelo prefeito de Xangai, Zhu Rongji. Os acordos firmados com a China representam apenas o início da política que o governo vem desenvolvendo com o Oriente, e o próximo passo será buscar uma aproximação com a Coréia, porque representa um mercado em potencial. (CB, 08/07/1988, p. 14).

Assinou-se o Acordo por Troca de Notas<sup>31</sup> sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-brasileiro de Sensoriamento Remoto em 30 de abril de 1988, pelo Ministro Roberto de Abreu Sodré e Ministro Qian Qichen. No Acordo, era determinado que o “Relatório de Trabalho” de março de 1988 fosse, o mais breve possível, aprovado pelos governos brasileiro e chinês. Sugeriu-se, ainda, que se iniciassem os entendimentos com vistas à elaboração de Acordo sobre pesquisas e produção conjunta do satélite sino-brasileiro de sensoriamento remoto e que, para tal fim, fossem ao Brasil delegação de especialistas chineses e missão chefiada pelo Vice-Ministro da Aviação e Astronáutica da China. Conforme o “Relatório de Trabalho” de março de 1988, apresentou-se para assinatura no dia 6 de julho de 1988, o protocolo que aprovava a cooperação para pesquisa e produção de satélites de recursos terrestres entre o Brasil e a China, onde o INPE e a

---

<sup>31</sup> Trata de assuntos de natureza administrativa, da rotina diplomática, podendo ainda precisar, alterar ou interpretar o alcance de cláusulas de atos já concluídos. Seu formato são Notas Diplomáticas reversais que podem assumir duas modalidades: Notas idênticas de mesmo teor e data; ou uma Nota de proposta e outra de aceitação. Uma de suas modalidades é o "Modus vivendi", que se caracteriza por seu caráter provisório ou temporário. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010, p. 7)

CAST confirmaram-se como os responsáveis pela implementação do programa. (BECARD, 2008, p. 139).

Portanto, dentro da busca de autonomia na geração de novas tecnologias, a construção de satélites sino-brasileiros voltava-se para o alcance de uma série de benefícios como o de adquirir capacitação tecnológica própria na área, contribuir com institutos de pesquisa e indústrias nacionais, construir melhores artefatos espaciais às possibilidades técnicas e financeiras do país e às necessidades ambientais dos países, para possibilitar a instalação de uma rede de coleta de dados independente e disponível, por consequência, diminuir os custos financeiros decorrentes do uso de satélites internacionais.

Além da vitória sobre a quebra do monopólio dos países desenvolvidos, o programa CBERS ofereceu ganhos intelectuais significativos com nível tecnológico elevado, ainda não visto em cooperações Sul-Sul, e tornou-se um símbolo. Não é apenas uma expectativa, mas uma realidade que propiciou ganhos significativos para ambos os parceiros, do científico ao econômico, do símbolo ao político e que exatamente por esta simbologia, e realidade da cooperação Sul-Sul e da Parceria Estratégica, teve sua continuidade prolongada.

## CONCLUSÃO

A partir da presente análise podemos constatar que a forma como as relações brasileiras com o exterior moldam-se mostram um grande impacto imediato na sociedade brasileira. A assinatura desses tratados e os trâmites das relações sino-brasileiras fizeram parte do cotidiano da mídia brasileira na década de 80, do século XX, levando a informação para o público alvo. Acordos comerciais e políticos relacionam-se diretamente com o poder de compra e venda do Brasil até hoje; e, desde o começo da relação, quando se tornaram o maior comprador de açúcar do Brasil, desperta o interesse da indústria, seja ela de pequeno ou grande porte.

As visitas dos presidentes brasileiros à China foi de suma importância, onde a cooperação estratégico-espacial teve espaço para ser discutida e avaliada de forma concisa. Além disso, a busca por acordos de cooperação era ousada, por defender o ponto de vista terceiro-mundista de ambos os países; a necessidade de diversificar os parceiros comerciais de costume, como os Estados Unidos e os países da Europa, e a vontade de mudar tanto a Ordem Mundial quanto o equilíbrio de poder do Pós Guerra-fria. Brasil e China abriram caminhos nas relações de cooperação Sul-Sul de extrema relevância e valor; dessa maneira, demonstraram que o poder não tem porque ser centralizado, ser possível ter uma política externa independente de ideologias e visar os ganhos que a cooperação pode proporcionar, seja qual for o país.

O programa CBERS foi um exemplo de que cooperação oferece uma melhora significativa na capacidade dos países. Ao somar tecnologias com a China, o Brasil conseguiu desenvolver-se no campo espacial de maneira crescente e de forma melhor aproveitada do que se estivesse desenvolvendo tudo que conseguiu com o acordo sino-brasileiro. O programa está vigente atualmente e contribui para a manutenção da cooperação entre Brasil e China.

Esse trabalho teve o objetivo de gerar discussões sobre como os atos bilaterais foram concluídos e o processo que levou até assinarem o documento e se havia um entendimento da capacidade de mudança e pioneirismo na cooperação Brasil e China pelo cidadãos brasileiros com as notícias vinculadas no Jornal Correio Braziliense. Ministros, chanceleres

e presidentes empenharam-se, por meio das viagens, negociações e reuniões, na busca pelo estreitamento das relações e viram um país, no Oriente, acatar os pensamentos semelhantes, dispostos a mudar o tradicionalmente aceitável e o Jornal apresentou uma narrativa praticamente diária durante as viagens, com a conjuntura, as expectativas e as perspectivas da assinatura desse acordo e protocolo. Não foram os primeiros países terceiro-mundistas a apresentarem esse desejo de cooperação Sul-Sul, mas com certeza, foram bem sucedidos ao negociar e executar esses acordos.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

CONTRA a hegemonia das grandes potências. Correio Braziliense, Brasília, 17 ago. 1974. Primeiro Caderno, p. 5

PRESIDENTE deixa Japão. Correio Braziliense, Brasília, 26 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 11

FIGUEIREDO começa a visita à China. Correio Braziliense, Brasília, 27 mai. 1984. Capa

PINHEIRO, Luiz Adolfo. Ecos de Tóquio e prenúncios de Pequim. Correio Braziliense, Brasília, 27 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 12

FIGUEIREDO chega a Pequim. Correio Braziliense, Brasília, 27 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 13

PAÍS estreita laços com a China. Correio Braziliense, Brasília, 27 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 13

CALS fica na memória Chinesa. Correio Braziliense, Brasília, 27 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 13

PRESIDENTE já está em Pequim. Correio Braziliense, Brasília, 28 mai. 1984. Capa

RIELLA, Renato. Agora é a vez de fazer negócios na China. Correio Braziliense, Brasília, 28 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 5

HOJE, boas-vindas do Governo chinês. Correio Braziliense, Brasília, 28 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 5

FIGUEIREDO, na China, critica superpotências. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Capa

RIELLA, Renato. FIGUEIREDO, na China, condena as superpotências. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

PRESIDENTES ressaltam amizade Brasil-China. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

MERCADO chinês é importante, garante Delfim. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

GUERREIRO acha que conversações estão em excelente nível. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

EXPOSIÇÃO mostra produtos que o País quer vender. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

RECEPÇÃO foi calorosa. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

ZHAO quer ampliar amizade. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

GUERREIRO acha que conversações estão em excelente nível. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

A BANDA anima jantar oferecido aos brasileiros. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

ENCONTRO com Xiaoping. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

IDEOLOGIA não é barreira. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

VISITA entusiasma CNI. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

PRESIDENTE, na China, faz apelo à Paz. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Capa

FIGUEIREDO reúne-se com Xiaoping e fala de paz. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

XIAOPING discute diferenças entre soldado e general. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

HOJE, visita à Muralha. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

RIELA, Renato. Os dois países relacionam produtos. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

ITAMARATI desmente atritos. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

TV mostra *Independência ou Morte*. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

NO banquete, amizade. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

FRANGO frito entra na China. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

NEGÓCIOS vão bem na área de minérios. Correio Braziliense, Brasília, 30 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

FIGUEIREDO evita falar sobre diretas. Correio Braziliense, Brasília, 31 mai. 1984. Capa

RIELA, Renato. FIGUEIREDO “foge” das diretas. Correio Braziliense, Brasília, 31 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 8

MINISTRO Chinês nos EUA. Correio Braziliense, Brasília, 31 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 8

CHEGADA a Brasília será amanhã. Correio Braziliense, Brasília, 31 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 8

COOPERAÇÃO nuclear é assegurada. Correio Braziliense, Brasília, 31 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 8

PINHEIRO, Luiz Adolfo. Uma chance para se criar algo de novo. Correio Braziliense, Brasília, 31 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 8



A BANDA anima jantar oferecido aos brasileiros. Correio Braziliense, Brasília, 29 mai. 1984. Primeiro Caderno, p. 9

BRASIL busca China. Correio Braziliense, Brasília, 01 Jul. 1988. Capa

SARNEY aposta no avanço tecnológico. Correio Braziliense, Brasília, 01 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

DANTAS, Josafa. Acordo Brasil-China desagrada potências. Correio Braziliense, Brasília, 02 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 12

CAPITAL novo revoluciona país. Correio Braziliense, Brasília, 02 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 12

PC vai fechar estrela vermelha. Correio Braziliense, Brasília, 02 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 12

SARNEY chega à China. Correio Braziliense, Brasília, 03 Jul. 1988. Capa

SARNEY inicia viagem de seis dias à China. Correio Braziliense, Brasília, 03 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 26

DANTAS, Josafa. Dez anos do Programa de Mudanças. Correio Braziliense, Brasília, 03 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 26

LANÇAR satélites de pesquisa é a meta. Correio Braziliense, Brasília, 03 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 26

DISCOTECA faz sucesso com os velhos chineses. Correio Braziliense, Brasília, 03 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 26

SARNEY inicia programa na China. Correio Braziliense, Brasília, 04 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 27

DANTAS, Josafa. Uma aproximação histórica. Correio Braziliense, Brasília, 04 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 07

O percurso até o hotel. Correio Braziliense, Brasília, 04 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 07

MINISTROS vão ver modelo. Correio Braziliense, Brasília, 04 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 07

BRASIL e China querem espaço. Correio Braziliense, Brasília, 05 Jul. 1988. Capa

DANTAS, Josafa. Brasil e China pressionam potências. Correio Braziliense, Brasília, 05 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p.15

UM dia agitado em Pequim. Correio Braziliense, Brasília, 05 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 15

MESMO tom em 2 discursos. Correio Braziliense, Brasília, 05 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 15

REGIME chinês agrada Sarney. Correio Braziliense, Brasília, 06 Jul. 1988. Capa

DANTAS, Josafa. Socialismo chinês é criativo, diz Sarney. Correio Braziliense, Brasília, 06 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

ACORDOS também abrangem filmes, Correio Braziliense, Brasília, 06 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

PRESIDENTE viaja hoje para Xian. Correio Braziliense, Brasília, 06 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

CHINA quer estender acordos Correio Braziliense, Brasília, 07 Jul. 1988. Capa

DANTAS, Josafa. Área nuclear será o próximo passo. Correio Braziliense, Brasília, 07 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 15

SARNEY visita Muralha. Correio Braziliense, Brasília, 07 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 15

DANTAS, Josafa. Viagem consolida relação de 5 anos. Correio Braziliense, Brasília, 08 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

SODRÉ propõe erguer novo palácio. Correio Braziliense, Brasília, 08 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

DANTAS, Josafa. Sarney visita centro espacial. Correio Braziliense, Brasília, 09 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

BRASIL firmará presença na Ásia. Correio Braziliense, Brasília, 09 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

UMA nação confiante no futuro. Correio Braziliense, Brasília, 09 Jul. 1988. Primeiro Caderno, p. 14

## **BIBLIOGRAFIA**

BECARD, Danielly Ramos. O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). 1., ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2008, v. 1. 330p.

\_\_\_\_\_. O que esperar das relações Brasil - China? Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 19, pp. 31-44, 2011.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é história. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção primeiros passos.

BIATO Junior, Oswaldo. A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: FUNAG, 2010, 440 p.

BURGUIÈRE, André. Dicionário das Ciências Históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História? In: ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 1. 2012. Dourados: Unigran, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAVALCANTE, M. J. M. O jornal como fonte de pesquisa no campo da História Educacional. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. História e memória da educação brasileira. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, 525 p.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros . São Paulo: Saraiva, 2008, xiv, 297 p.

CESARIN, Sérgio M. China e Índia en America Latina y el Caribe: enfoques comparados da inserción regional. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani. China e Índia na América Latina: desafios e perspectivas. Curitiba: Juruá Editora, 2009, Pp. 20-41.

CUNHA, Lilian Fernandes. Em Busca de um Modelo de Cooperação Sul-Sul: o caso da área espacial nas relações entre o Brasil e a República Popular da China (1980-2003). Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

DANESE, Sérgio. Diplomacia Presidencial. Rio de Janeiro: Topbook, 1999.

FUJITA, Edmundo Sussumu. O Brasil e a China - uma parceria estratégica modelar. In: Revista Política Externa. São Paulo, Paz e Terra, vol.II, número 4/mar-maio 2003, pp.59-70.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 366 p.

LIMA, Maria Regina Soares. Insteresses e solidariedade: o Brasil e a crise centro-americana. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1987.

LIMA, Maria Regina Soares. O Brasil e as Relações Sul-Sul. IN: CEBRI. Desafios da Política Externa Brasileira. Edição Especial. Dossiê Vol. 1, ano 7. 2008, pp. 65-68.

LESSA, Antônio Carlos. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. Revista Brasileira de Política Internacional, 1998, pp. 29-41.

LYRIO, Mauricio Carvalho. A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2010, 252p

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Manual de Procedimentos-Prática diplomática. Brasília, 2010, 20p. disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/manual-de-procedimentos/manual-de-procedimentos-pratica-diplomatica>>. Acessado em 15 de abril de 2015.

OLIVEIRA de, Henrique Altemani. “Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, v. 1., 208 p.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. Estudos Históricos, 6 (12): 240-270, 1993.

SENNES, Ricardo Ubiraci; BARBOSA, Alexandre de Freitas. China-Brasil: Uma relação multifacetada e dinâmica. IN: Brasil e China no Reordenamento das relações internacionais desafios e oportunidades. Brasília: FUNAG, pp. 107-135, 2011.

SU, Hao. Harmonious World: the conceived international order in framework of China's foreign affairs. IN: IIDA, Masafumi. China's Shift: global strategy of the rising Power. Tokyo: The National Institute for Defense Studies. NIDS Joint Research Series, number 3. 2009, pp. 29-55.

VILLELA, Eduardo V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em 10 de abril de 2015.

## **ANEXOS**

2567

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA A COOPERAÇÃO NOS  
USOS PACÍFICOS DA ENERGIA NUCLEAR

O Governo da República Federativa do Brasil  
e  
O Governo da República Popular da China,

Inspirados pela amizade entre seus povos e pelo desejo comum de ampliar a cooperação bilateral;

Tendo presente que o uso da energia nuclear para fins pacíficos é importante fator para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos dois países;

Considerando que ambos os países realizam esforços para suprir as necessidades de seu desenvolvimento econômico e social pelo uso da energia nuclear;

Tendo em vista o fato de que ambos são países em desenvolvimento e membros da Agência Internacional de Energia Atômica;

Convencidos de que uma ampla cooperação entre os dois países nos usos pacíficos da energia nuclear contribui para o desenvolvimento de suas amistosas relações de cooperação;

Convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes, conforme o estabelecido no presente Acordo, cooperarão nos usos pacíficos da energia nuclear com base no respeito mútuo à soberania, na não interferência nos respectivos assuntos internos, na igualdade e benefício mútuo.

ARTIGO II

1. Sujeito ao presente Acordo, os campos de cooperação entre ambas as Partes poderão incluir:

- a) pesquisa básica sobre os usos pacíficos da energia nuclear;
- b) pesquisa, projeto, construção e operação de centrais nucleares e reatores de pesquisa;
- c) prospecção e processamento de minérios e urânio;
- d) fabricação de elemento combustível;
- e) pesquisa sobre a regulamentação em segurança nuclear;
- f) produção e aplicação de isótopos radioativos;
- g) outras áreas de interesse mútuo.

2. As modalidades de cooperação entre as duas Partes poderão incluir:

- a) intercâmbio e treinamento de cientistas e técnicos;
- b) realização de simpósios e seminários;
- c) fornecimento de consultoria e serviços técnicos;
- d) intercâmbio de informações científicas e técnicas e de documentação;
- e) outras formas de cooperação consideradas apropriadas por ambas as Partes.

### ARTIGO III

A cooperação no quadro do presente Acordo será implementada entre os Governos de ambas as Partes ou por agências competentes por esses designadas. O conteúdo específico, o alcance e outros pormenores da cooperação serão estipulados em ajustes específicos a serem concluídos pelas Partes.

### ARTIGO IV

As Partes Contratantes poderão fazer livre uso das informações intercambiadas no quadro do presente Acordo, com exceção daquelas para as quais a Parte fornecedora tiver estabelecido condições ou reservas concernentes ao seu uso ou disseminação.



## ARTIGO V

Materiais nucleares e equipamento necessários para a implementação de seus respectivos programas ou de programas conjuntos para o uso pacífico da energia nuclear poderão ser transferidos entre as Partes Contratantes nos termos do presente Acordo. Os materiais nucleares e equipamento transferidos não deverão, contudo, ser transferidos além do território ou jurisdição da Parte que os receber, a não ser que ambas as Partes assim o consintam.

## ARTIGO VI

Todo o material ou equipamento fornecido nos termos do presente Acordo por uma Parte à outra, ou o material obtido pelo uso desse material ou equipamento, ou o material utilizado no equipamento fornecido nos termos do presente Acordo, só deverá ser utilizado com finalidades pacíficas e não deverá ser usado para a manufatura ou desenvolvimento de armas nucleares ou para qualquer finalidade militar. As Partes Contratantes se comprometem a solicitar à Agência Internacional de Energia Atômica a aplicação de salvaguardas em relação aos materiais nucleares ou equipamento transferidos nos termos do presente Acordo, ou em relação a material especial fissionável obtido pelo uso dos materiais e equipamento acima referidos.

## ARTIGO VII

Cada uma das Partes deverá tomar as medidas necessárias para manter, em seu território, proteção física adequada dos materiais nucleares e equipamento nos termos do presente Acordo.

## ARTIGO VIII

As Partes Contratantes realizarão todos os esforços necessários para apoiar e promover a cooperação científica e técnica entre as diferentes agências e instituições de ambos os países no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

## ARTIGO IX

As Partes Contratantes tomarão as medidas necessárias para facilitar a efetiva implementação do presente Acordo. As Partes Contratantes realizarão, por solicitação de qualquer uma delas, consultas sobre a implementação do presente Acordo, desenvolvimento da

cooperação e outros assuntos de interesse mútuo, relativos à cooperação internacional no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

ARTIGO X

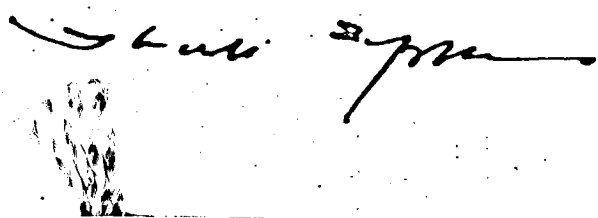
1. O presente Acordo entrará em vigor na data da segunda notificação pelas Partes de que foram cumpridas todas as respectivas formalidades legais requeridas para a entrada em vigor de um tal Acordo, e ficará em vigor durante o período de quinze (15) anos, e assim sucessivamente e de forma automática a cada cinco anos, salvo se uma das Partes notificar, por escrito, à outra sua intenção de denunciá-lo com um ano de antecedência da data de sua expiração.

2. Os ajustes específicos concluídos conforme o Artigo III do presente Acordo não serão afetados pela expiração do presente Acordo. No caso em que o presente Acordo seja denunciado, os dispositivos do Artigo V, VI e VII permanecerão válidos enquanto qualquer material e instalação transferida nos termos do presente Acordo permanecer no território ou sob a jurisdição da Parte que os receber.

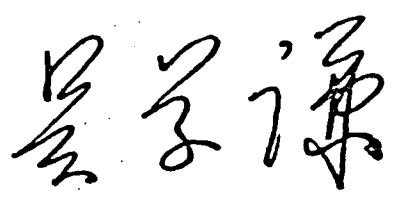
3. Se necessário, o presente Acordo poderá ser modificado a qualquer momento através de consultas realizadas entre as Partes Contratantes. A modificação entrará em vigor na data da segunda notificação de que as respectivas exigências legais foram devidamente satisfeitas.

Feito em Pequim, aos 11 de OUTUBRO de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e chinês, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL:



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
POPULAR DA CHINA:



**É CÓPIA AUTÊNTICA**  
SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
Brasília, em 5 de Novembro de 1984  
Abraes de g  
Chefe da Divisão de Atos Internacionais

2.799

PROTOCOLO SOBRE APROVAÇÃO DE PESQUISA E PRODUÇÃO DE SATELITE DE  
RECURSOS DA TERRA, ENTRE O GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPUBLICA POPULAR DA CHINA



O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China  
(doravante denominados "Partes"),

Tendo presente que a intensificação da cooperação na área espacial é um dos objetivos do Ajuste Complementar, de 29 de maio de 1984, ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 25 de março de 1982;

Reafirmando a sua determinação de fortalecer os vínculos bilaterais na área de alta tecnologia;

Expressando a sua satisfação diante do fato de que, por meio de esforços conjuntos, alcançou-se progresso substancial na cooperação tecnológica na área espacial;

Tendo em vista a Troca de Notas sobre o assunto, efetuada em Beijing, a 30 de abril de 1988, pelos Chanceleres dos dois países,

Chegaram ao seguinte entendimento:

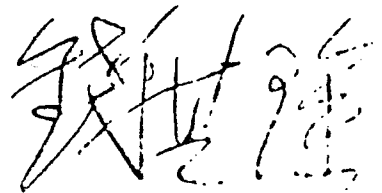
1. As Partes consideram aprovado o Relatório de Trabalho sobre a Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino - Brasileiro de Recursos da Terra, assinado em Beijing, no dia 04 de março de 1988, pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST).
2. As duas Partes designam, respectivamente, o Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) como entidades executoras para a pesquisa e produção conjunta do Satélite Sino - Brasileiro de Recursos da Terra, cabendo-lhes celebrar os atos necessários para a execução do projeto para a pesquisa e produção conjunta do Satélite de Recursos da Terra.
3. O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Beijing, aos 06 dias do mês de julho de 1988, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

  
PELO GOVERNO DA REPUBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL:

Roberto de Abreu Sodre

PELO GOVERNO DA REPUBLICA  
POPULAR DA CHINA:



Qian Qichen

# 中华人民共和国政府和巴西联邦 共和国政府关于核准研制地球 资源卫星的议定书

中华人民共和国政府和巴西联邦共和国政府（以下简称“双方”），

鉴于在空间领域加强合作是双方科技合作协定（一九八二年三月二十五日签署）及其补充协议（一九八四年五月二十九日签署）的目标之一，

重申在高技术领域加强双边联系的决心，

对于经过共同努力，在空间技术合作方面取得实质性进展表示满意，

并考虑到一九八八年四月三十日两国外交部长在北京进行的换文，

达成协议如下：

一、双方核准中国空间技术研究院(CAST)和巴西空间院(INPE)于一九八八年三月四日在北京共同签署的中、巴联合研制地球资源卫星的工作报告。

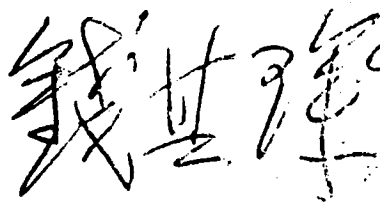
二、双方分别指定中国空间技术研究院和巴西空间院为中、巴联合研制地球资源卫星的执行单位，并由两院签订必要的协议，以便实施联合研制地球资源卫星的计划。

三、本议定书自签字之日起生效。

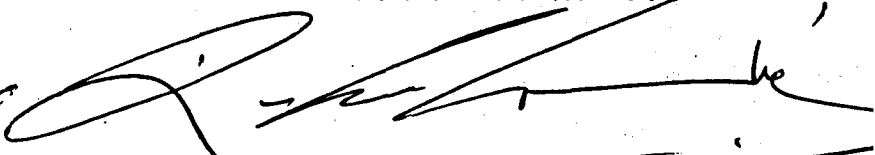
本议定书于一九八八年七月 日在北京签订，一式两份，每份都用中文、葡文和英文写成，三种文本具有同等效力。如在解释上发生分歧，应以英文文本为准。

中华人民共和国政府代表

巴西联邦共和国政府代表



Qian Qichen



Roberto de Abreu Sodré